



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 24 de julho de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 404/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente**:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 404/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 07/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta

Solicitação
A Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Saúde A/C: Ouvidoria do SUS – Campinas Assunto: Solicitação de Escala Diária e Registro de Postos de Trabalho Vagos – UBS Pe. Anchieta (Janeiro a Maio de 2025) Prezados(as), Com base na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), venho por meio deste solicitar o envio d escala de trabalho diária dos profissionais da UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025, com as seguintes informações: 1. Escala diária completa com os nomes dos funcionários por setor e função: o Médicos o Profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos) o Recepção o Farmácia o Odontologia o Agentes comunitários, entre outros; 2. Número de postos de trabalho vagos por dia, discriminando os casos por motivo (falta injustificada, licença médica, atestado, férias, etc.); 3. Se possível, indicar se houve reposições ou remanejamentos em dias com déficit de pessoal. Solicito que os dados sejam encaminhados em formato digital acessível (preferencialmente planilha Excel ou CSV com campos como: ☐ Data ☐ Nome do profissional ☐ Cargo/Função ☐ Horário previsto na escala ☐ Comparecimento ou motivo da ausência ☐ Posto de trabalho coberto ou descoberto Essa solicitação tem como finalidade avaliar o dimensionamento da força de trabalho e o impacto do absenteísmo na prestação de serviços à população. Desde já agradeço pela colaboração e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento adicional. Atenciosamente, Adriano Novo

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso aas informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Em relação a composição das equipes de saúde e profissionais vinculados aos serviços de saúde é possível consultar o site do CNES acessando cnes.datasus.gov.br

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação as demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

" Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.

Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!

Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

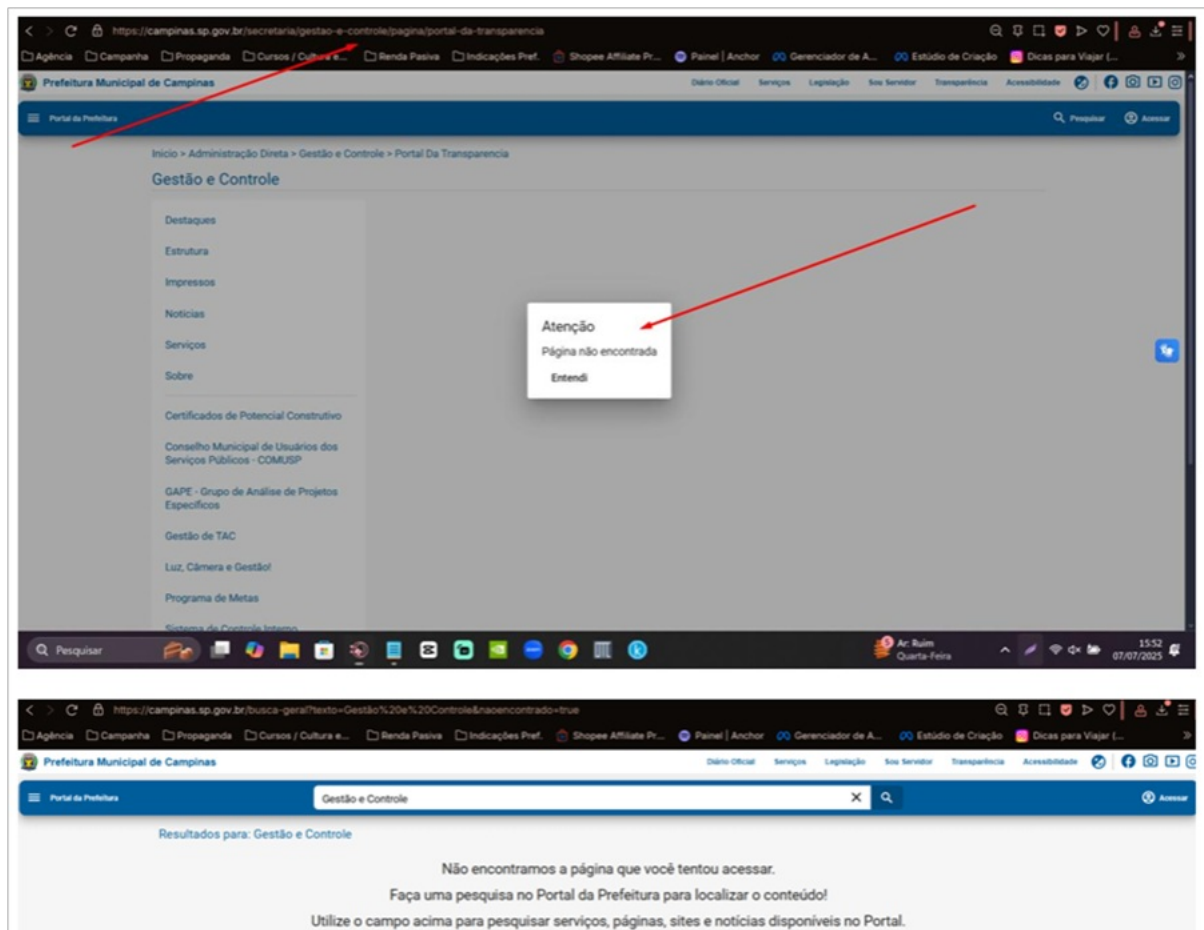
Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requeiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

Ao recurso, o **RECORRENTE** anexou a tela de erro do Portal da Transparência Municipal:



O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujos trechos transcrevemos:

As informações referentes ao item 1 (composição das equipes) pode ser encontrado no site do CNES. Outro caminho é consultar o site da prefeitura municipal de Campinas pelo caminho descrito abaixo. Desta forma o cidadão encontra tanto os dados do item 1 quanto os dados do item 2 (escala de trabalho):

acessar: <http://campinas.sp.gov.br>, clicar no menu, escolher administração direta e depois opção saúde. nesta pagina escolher a opção unidades de saúde e depois centros de saúde. Na sequencia escolher o distrito de saúde a qual pertence a unidade. Abrirá uma página com todos os centros de saúde daquele distrito. Encontrar a unidade desejada e clicar no "saiba mais" a direita. No canto direito aparecerá o ícone lista de profissionais com as informações pretendidas.

Reitero que o dimensionamento das equipes que compõem as ESF (estratégia da Saúde da Família) seguem o padrão estabelecido nas normativas do Ministério da Saúde.

Em relação aos itens 2 e 3 trata-se de processo de trabalho diário de ofertas assistenciais, é importante destacar que a **organização dos postos de trabalho nas unidades de saúde** é atribuição da **gestão local**, devendo ser realizada de forma estratégica para assegurar a oferta de serviços à população. Essa organização deve ser **dinâmica e adaptável**, visando à **otimização dos recursos públicos** e à **resposta efetiva às demandas do território** em determinado momento. Cabe aos Distritos de Saúde o papel de coordenar o remanejamento de profissionais entre unidades, sempre que necessário, com o objetivo de manter a continuidade da assistência, inclusive em situações de férias, licenças ou afastamentos legais, garantindo assim a regularidade da atenção prestada.

Informamos que, conforme dispõe a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, é possível a divulgação de dados funcionais de servidores públicos, tais como **nome, cargo, lotação e jornada de trabalho**, nos caminhos indicados acima. Contudo, informações relativas a **motivos de faltas ou afastamentos que envolvam aspectos pessoais ou de saúde** estão protegidas pela **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, não sendo passíveis de divulgação a terceiros, conforme previsto no **Art. 31 da LAI** e no **Art. 11 da LGPD**.

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, com exposição da seguinte fundamentação:

Eu, Adriano Vieira Novo, inscrito no CPF nº 325.619.578-45, venho, respeitosamente, interpor **recurso administrativo**, com fundamento no artigo 15 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), em razão da **recusa injustificada em fornecer parte das informações solicitadas**, referentes aos registros de afastamentos e absenteísmo dos profissionais da UBS Padre Anchieta no período de janeiro a maio de 2025.

Embora o órgão tenha sinalizado a localização de parte das informações, **persistiu a negativa quanto aos dados sobre afastamentos e atestados médicos**, alegando suposto sigilo.

Contudo, é importante ressaltar a **inconsistência dessa negativa**, uma vez que em **pedido semelhante protocolado sob o nº 475/2025 referente à UPA Carlos Lourenço**, a própria Secretaria Municipal de Saúde **forneceu relatórios de afastamentos e absenteísmo**, elaborados pela **Unidade de Saúde do Trabalhador**, o qual anexo parte neste recurso, comprovando que tais informações **não são sigilosas**, mas **dados estatísticos vinculados à gestão de recursos humanos em serviços públicos de saúde**.

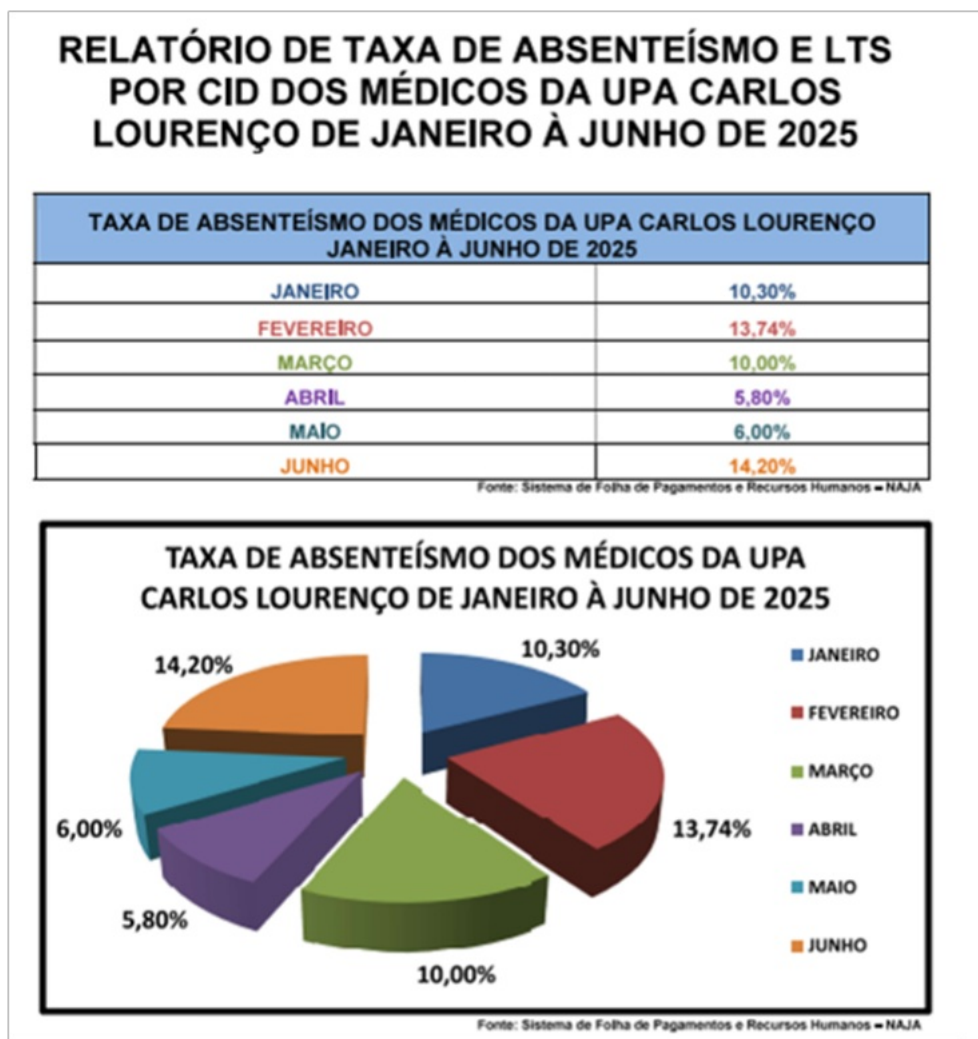
✈ Destaco:

- Os dados solicitados **não envolvem informações pessoais de saúde dos servidores**, mas apenas o **motivo genérico de afastamento** (exemplo: licença médica, férias, faltas), o que **não infringe o direito à privacidade**, mas cumpre o princípio da **transparência pública**;
- A **própria administração já disponibilizou tais informações em outras unidades**, demonstrando **ausência de padrão no tratamento das informações públicas**, o que fere o princípio da **isonomia e publicidade**;
- A **Lei de Acesso à Informação determina o fornecimento das informações públicas, excetuadas apenas aquelas protegidas expressamente por lei específica**, o que não é o caso aqui, pois a solicitação diz respeito a dados administrativos e estatísticos referentes ao funcionamento de serviço público.

Diante do exposto, requer:

1. A **reconsideração da resposta**, com o **fornecimento integral dos dados de afastamentos e absenteísmo**, nos moldes já atendidos em outros pedidos similares;
2. Caso subsista qualquer restrição, a **especificação clara do dispositivo legal específico que ampara tal negativa**;
3. O **cumprimento do princípio da transparência e isonomia na resposta aos pedidos de acesso à informação**.

Anexou tabelas obtidas via outro e-SIC para demonstrar que dados de afastamento e absenteísmo foram fornecidos nos moldes pretendidos, das quais colacionamos apenas uma delas:



É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA PARCIAL ACOLHIMENTO**.

Isso porque até o momento a **RECORRENTE não teve sua solicitação inicial plenamente atendida**. Vejamos.

1. Escala diária completa com os nomes dos funcionários por setor e função:

A SMS orientou acessar o link Administração Direta – Saúde – Unidades de Saúde - Centros de Saúde – no caso Distrito Norte para localizar o Centro de Saúde Vila Padre Anchieta em <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centros-de-saude>:

31 - Centro de Saúde "" José Carlos Bonfá"" - Vila Padre Anchieta

CNES: 2023091

Coordenação: Lucas Félix Calandrin

Endereço: Avenida Papa João Paulo II, nº 640 - Vila Padre Anchieta - CEP 13068-219

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 7h às 19h

Email: saude.cspadreachieta@campinas.sp.gov.br

Telefone: (19) 3281-3009 / 3281-6737

Whatsapp: (19) 3281-3009

SAIBA MAIS

Através do link “Saiba Mais”, o **RECORRENTE** terá acesso a <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centro-de-saude-vila-padre-anchieta> e através do link “Lista de Profissionais”, aos profissionais e suas escalas de trabalho:

Centro de Saúde - "José Carlos Bonfá"
(Vila Padre Anchieta)

CNES: 2023091

Coordenação: Lucas Félix Calandrin

Endereço: Avenida Papa João Paulo II, nº 640 - Vila Padre Anchieta - CEP 13068-219

Telefone: (19) 3281-3009 / 3281-6737

Whatsapp: (19) 3281-3009

Fax: (19) 3281-4410

E-mail: saude.cspadreachieta@campinas.sp.gov.br

Horário de Funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 7h às 19h

Vínculo: Distrito de Saúde Norte

Área de abrangência
Nova Aparecida, Vila Padre Anchieta, CDHU-F, Renascença I e II, Vila Francisca, Vila Penteado, Chácaras Mendonça, Chácaras Anhanguera, Parque Maria Helena, Padre Josimo.

Lista de profissionais

Da primeira folha da Lista de Profissionais temos:

RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

UNIDADE	Centro de Saúde Anchieta	HORÁRIOS			DATA
		Seg a sex	Sáb	Dom	
DISTRITO	Distrito Norte	07:00 às 19:00			17/06/2025

NOME	MATRÍCULA	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRIO DE TRABALHO						
				SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
ARIANA DAVID WENCESLAU	1376780	DENTISTA	36h	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00		
ARIANA JACQUELINE CELESTE DE MORAIS	1215337	ENFERMEIRO	36h	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00		
ARIANA MARTINS	1304208	TECNICO ENFERMAGEM	36h	13:00 às 19:00	13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00		
BIANCA VANZAN NUNES	1440020	MEDICO GERAL	36h	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	07:00 às 13:00	13:00 às 19:00	13:00 às 19:00		
CELIA REGINA CHRISPIM COTRIM DE OLIVEIRA	351296	AUX ENFERMAGEM	36h	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12		
CIBELE SAYURI FUKAMICHI FAZOLI	1398075	DENTISTA	36h	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00		
CIRO HUGO ELNATAN DE SOUZA SANTOS	1408372	NUTRICIONIST A	36h		08:00 às 12:00 - 13:00 às 18:00		08:00 às 14:00			

Pág. 1 de 8

Há 8 páginas com a relação de funcionários e horário de trabalho. Nesse caso, satisfeita a solicitação.

2. Número de postos de trabalho vagos por dia e 3. Se possível, indicar se houve reposições ou remanejamento em dias com déficit de pessoal.

Relativamente a esses temas, a **SMS** limitou-se a informar que a **organização dos postos de trabalho nas UBS é atribuição da gestão local (Distritos de Saúde)**, a quem compete coordenar o remanejamento de profissionais entre unidades, sempre que necessário, garantindo a regularidade da atenção prestada. Acrescentou que **informações relativas a faltas e afastamentos que envolvam aspectos pessoais ou de saúde estão protegidos pela LGPD**, não sendo passíveis de divulgação a terceiros.

No entanto, o **RECORRENTE** destaca que os dados solicitados não envolvem informações pessoais dos servidores, mas apenas o motivo genérico do afastamento, nos moldes já fornecidos em outro e-SIC relativamente à UPA Carlos Lourenço. Dessa sorte, **as informações requeridas não expõem dados sensíveis, devendo ser prestada ao RECORRENTE**.

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO PARCIAL DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o retorno dos autos à **SMS** para a **disponibilização ao RECORRENTE das informações faltantes relativamente à UBS Padre Anchieta no período de janeiro a maio/2025**, quais sejam:

2. Número de postos de trabalho vagos por dia, discriminando os casos por motivo (falta injustificada, licença médica, atestado, férias, etc.);

3. Se possível, indicar se houve reposições ou remanejamentos em dias com déficit de pessoal.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos

de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). ^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 24/07/2025, às 16:46, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15579063** e o código CRC **BE0C4418**.